

Carta dos editores

É certo que não vivemos em conjuntura de crise, como aquela que caracteriza os período de guerra generalizada. Por outro lado, atravessamos, sem dúvida, um período de incertezas, que é muito bem marcado pelos ajustes nas políticas do *hegemon*, como se faz sentir com a afirmação dos principais princípios da orientação que o governo Bush pretende imprimir à política externa dos Estados Unidos, pelo debate sobre os riscos e os benefícios envolvidos na integração hemisférica, e pela necessidade de avaliar as possibilidades de novas parcerias (como a Venezuela) e de reavaliar a instrumentalidade de parcerias mais antigas (é o caso da Argentina e os recorrentes problemas surgidos no aprofundamento do Mercosul). Estes são temas que, direta ou indiretamente, acabam por contingenciar a realização imediata dos projetos brasileiros no plano internacional, ao que se somam outras incertezas, relacionadas com a incompreensão cultural (como acontece atualmente no caso do garoto Iruan em Taiwan) e com o avanço irrefreável de uma nova onda de conservadorismo, bem exemplificada com o caso italiano. Estes são os temas da presente edição de *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*.

MERIDIANO
47
NO

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de
Conjuntura em Relações
Internacionais

Nº 13
Julho – 2001



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Cenário econômico e político
do debate hemisférico**

Paulo Roberto de Almeida

As Opções do Império

Cristina Soreanu Pecequillo

O eixo Venezuela-Brasil

Amado Luiz Cervo

**Um Novo Fôlego Para o
Mercosul**

Alcides Costa Vaz

**Argentina y Brasil: entre la
cooperación y el conflicto**

Raúl Bernal-Meza

**Itália: a volta sinuosa do
conservadorismo europeu**

Virgílio Caixeta Arraes

Iruan nas reinações asiáticas

Paulo Antônio Pereira Pinto

Cenário econômico e político do debate hemisférico

Paulo Roberto de Almeida*

Ao mesmo tempo em que o processo negociador de um acordo hemisférico de livre comércio parecia ter entrado, após a reunião de cúpula de Québec, em abril de 2001, em sua fase decisiva, o Mercosul lutava para preservar sua unidade de propósitos, em meio a uma crise de identidade como nunca vista em sua história de dez anos. Os persistentes problemas políticos e econômicos enfrentados pela Argentina levaram seu novo ministro da economia, Domingo Cavallo, a realizar um ataque frontal ao próprio conceito de união aduaneira, num momento em que o futuro do Mercosul era colocado em dúvida por diferentes observadores de dentro e de fora da região.

Essa conjuntura de “revisão de expectativas” no âmbito do Mercosul coincidiu, no primeiro semestre de 2001, com movimentos preocupantes nos cenários econômico e político mundiais. Os efeitos combinados de uma recessão potencial nos Estados Uni-

dos, de crises político-econômicas em pontos diferentes do globo (*débâcle* da moeda na Turquia, persistência da estagnação no Japão, percepção de um esgotamento “técnico” do modelo cambial da Argentina), ademais de um sentimento de ausência de liderança, de manifestações de arrogância imperial e de relutância em assumir os custos da hegemonia por parte da nova Administração americana, tornaram

pública a sensação de que o mundo se encaminhava para a retomada dos surtos de instabilidade financeira e cambial.

No plano dos acordos de comércio, parecia evidente que o Mercosul agregava aos antigos contenciosos comerciais um elemento de crise “psicológica”, ao serem reveladas, pela primeira vez, diferenças fundamentais de opinião entre seus principais parceiros quanto aos destinos do processo integracionista. O projeto da Alca, por sua vez, encaminhava-se para suas duas etapas finais – presidência equatoriana até outubro de 2002, co-presidência americano-brasileira em 2003 e 2004 – em meio a uma latente indefinição quanto aos termos precisos do mandato negociador que o Congresso dos EUA precisava atribuir ao Executivo para o fechamento dos acordos de liberalização.

Diferenças táticas e desacordos formais entre os Estados Unidos e o Brasil já se tinham manifestado na reunião ministerial de Buenos Aires, em 6 de abril, quando o Governo Bush tentou subordinar o calendário das negociações às suas conveniências eleitorais. A III Cúpula das Américas, realizada em 21 e 22 de abril em Québec, confirmou porém as grandes linhas do cronograma estabelecido de maneira difusa em Miami, em dezembro de 1994, e detalhado em San José, em

“Nesse cenário de incertezas externas e de dúvidas internas, a opinião pública brasileira foi finalmente apresentada ao grande debate que, na área da política externa, deverá permear a campanha eleitoral no escrutínio presidencial de 2002”.

* Doutor em ciências sociais, diplomata, autor de *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil* (em publicação pela Editora SENAC-SP). O presente texto apresenta argumentos e opiniões pessoais do autor e não tem qualquer pretensão de refletir ou representar posições oficiais do Governo brasileiro, nem expressar ou defender políticas ou declarações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil com relação à integração subregional, ao Mercosul, ou ao processo de negociações hemisféricas para constituição da Área de Livre Comércio das Américas. E-mail: pralmeida@brasilemb.org; Website: <http://pralmeida.tripod.com>

março de 1998, com uma diferença: as negociações devem encerrar-se em janeiro de 2005 e a Alca começar a ser implementada, após aprovação dos parlamentos nacionais, em dezembro desse ano.

A perspectiva concreta de uma área de livre comércio hemisférica a partir de 2006 gerou reações opostas e contraditórias em todos os países da região. Grandes corporações na América do Norte e alguns governos no Cone Sul (Chile e Uruguai, por exemplo) apoiavam sem restrições a rápida implantação da Alca, ao passo que grupos não-governamentais e sindicatos de todas as latitudes manifestavam sua oposição ao esquema, que também era olhado com desconfiança por governos e empresários de países dotados de uma visão crítica em relação ao projeto liderado pelos Estados Unidos, como no Brasil e na Venezuela, entre outros. Em todos e em cada um dos países, argumentos pró e contra a Alca eram esgrimidos com a paixão das querelas ideológicas, quando não com o ardor das guerras de religião. A razão de tantos desencontros era o caráter ainda difuso dos compromissos a serem alcançados ao cabo do esforço negociador hemisférico.

Nesse cenário de incertezas externas e de dúvidas internas, a opinião pública brasileira foi finalmente apresentada ao grande debate que, na área da política externa, deverá permear a campanha eleitoral no escrutínio presidencial de 2002. As grandes perguntas pareciam ser: quais são as grandes opções estratégicas de política comercial e industrial para o Brasil nos primeiros anos do século XXI?; será possível garantir a soberania nacional numa área de livre comércio dominada pelos EUA?; os ganhos serão maiores que os custos?; o que acontecerá com o Mercosul? Em relação ao contexto subregional, estavam em causa, de um lado, a sobrevivência do Mercosul, de outro o espectro de sua diluição na Alca, aliás ao mesmo tempo em que a própria economia nacional poderia perder sua última “reserva de mercado” representada pelo esquema do Cone Sul, tendo de conviver diretamente com o *Big Brother* econômico do Norte.

De fato, quais são as grandes questões em jogo nesse cenário aparentemente maniqueísta e

dicotômico prometido pela aparente oposição entre Mercosul e Alca? Quais são os limites e condicionalidades impostos ao Mercosul pelas fragilidades reveladas pelos países membros? Quais são as oportunidades e desafios colocados pela Alca a uma economia em transição como a brasileira? O que existirá (ou permanecerá) depois de uma eventual conclusão exitosa do processo negociador da Alca, com sua implantação a partir de 2006? São esses dois esquemas integracionistas excludentes do ponto de vista da economia política da inserção regional e internacional do Brasil? Há esperança dentro do Mercosul? Existirá vida (econômica) depois da Alca?

O presente texto pretende discutir esses problemas e tentar responder a algumas dessas questões não mediante uma análise separada e pormenorizada de cada um dos aspectos da problemática, mas destacando em forma breve, os elementos característicos de cada um dos processos e estimando, em seguida, os elementos “estruturais” do cenário hemisférico tal como decorrente de uma eventual negociação hemisférica bem sucedida, isto é, ao terem sido hipoteticamente cumpridos alguns dos objetivos “maximalistas” do Mercosul e ao terem sido atingidos alguns dos objetivos “minimalistas” da Alca. Pretende-se, assim, examinar o “caso econômico” do Brasil e do Mercosul em face da promessa (ou ameaça) da Alca, no quadro de um exercício especulativo sobre o “day after”, ou seja, o Mercosul depois de uma eventual Alca. Não é preciso alertar que essa problemática será examinada de uma perspectiva exclusivamente brasileira, refletindo, obviamente as opiniões pessoais do autor, que não se confundem, nem necessariamente refletem as da burocracia governamental para a qual trabalha.

Estado do problema: o caso do Mercosul e o projeto da Alca

O Mercosul, com todos os seus problemas de união aduaneira imperfeita e de zona de livre comércio inacabada, apresenta-se como um *dado* da realidade econômica e política da América do Sul, ao mesmo tempo em que representa um *processo real*

de aproximação de posições entre países que já partilham de uma *história comum*. A Alca, por sua vez, é uma *hipótese* de trabalho, ao mesmo tempo em que a expressão de um *processo negociador* que se apresenta como de difícil realização, por envolver nações de tradições diversas e que seguiram itinerários contrastantes ao longo do tempo.

O Mercosul é uma decisão fundamentalmente *política* que se realiza apoiado em decisões de caráter *econômico*. A Alca é uma proposta essencialmente *econômica* que seus proponentes originais tentam implementar de forma *política*. O Mercosul emerge como um exercício de convergência de interesses entre países situados, grosso modo, num *mesmo patamar de desenvolvimento econômico e social*, a despeito de diferenças de tamanho entre eles. A Alca tenciona nivelar o terreno de jogo – *level the playing field* – entre economias e sociedades ostentando *enormes diferenças estruturais* entre si, uma vez que confronta a principal potência planetária, de fato a única superpotência existente, a três dezenas de outros países que não chegam a perfazer um quinto de sua própria “massa atômica”.

O Mercosul vem praticando um esforço de auto-contenção nos litígios internos, utilizando-se basicamente de um mecanismo de administração *política* das controvérsias ligadas ao comércio recíproco e só então recorrendo a um tipo de solução arbitral *ad hoc*. A Alca deveria normalmente ostentar instâncias resolutivas dos conflitos comerciais marcadas pela sua relativa automaticidade e independência dos governos, com efeitos econômicos mais ou menos imediatos.

Em suma, o Mercosul é uma modesta construção integracionista que funciona em regime de condomínio, com relativa permeabilidade e associativismo entre os seus, até agora, poucos membros. A Alca apresenta-se como um imenso edifício de escritórios, onde a impessoalidade de trato e a fri-

eza das regras padronizadas prometem poucos momentos de excitação e muitos anos de aborrecimento.

Os mais otimistas acreditam que quaisquer que sejam os resultados do processo negociador da Alca, o Mercosul irá necessariamente sobreviver, ainda que não se saiba exatamente como e em que condições. Seu desempenho comercial pode tornar-se francamente medíocre, a depender da profundidade e extensão da Alca, assim como sua saúde econômica pode retroceder significativamente em relação aos

prognósticos realizados no início dos anos 1990. Ele poderá, obviamente, sair fortalecido e confirmar o acertado da decisão original de se construir progressivamente um mercado comum com base numa metodologia inovadora em relação às experiências existentes no gênero, na verdade restritas ao precedente da União Européia. Mas, ele poderia também caminhar para a erosão e ser reduzido a um mero arranjo para consultas políticas de fachada, sem maiores efeitos comerciais efetivos, já que hipoteticamente

absorvido ou diluído numa Alca bem mais ambiciosa do que os exemplos tradicionais de zonas de livre comércio.

No caso da Alca, subsistiam, na primeira metade de 2001, incertezas quanto ao desenvolvimento do próprio processo negociador, como a ausência e a indefinição de conteúdo em relação ao necessário mandato a ser atribuído pelo Congresso ao Executivo dos EUA. Outras limitações de natureza política – como a ausência de consultas regulares entre os líderes dos países membros, como ocorre hoje a cada semestre no Mercosul – e alguns fatores condicionantes – como a desproporção de peso comercial entre os países participantes – atuavam para converter a implementação efetiva da Alca em um cenário de incertezas. Se o processo negociador não resultar em acordo até o final de 2004 ou o início de 2005, o cenário hemisférico não será muito diferente

“Com efeito, muitas das questões que cercam o debate sobre as vantagens e desvantagens da Alca para o Brasil e o Mercosul vem sendo contaminadas por uma espécie de parti pris ideológico”.

do atual, com a proliferação quase anárquica de esquemas subregionais, convivendo com as tentativas multilateralistas de “convivência pacífica” ao abrigo da ALADI ou da OMC. Se por acaso as negociações se revelarem exitosas, o Mercosul terá de adaptar sua arquitetura institucional e sua agenda interna à nova realidade da Alca.

A Alca pode ser complementar aos arranjos subregionais já existentes no Cone Sul, dependendo de seu grau de aprofundamento e dos compromissos específicos contraídos pelos países participantes. Ela não é, portanto, necessariamente excludente em relação ao Mercosul, mas a substância deste último conhecerá, é óbvio, inflexões econômicas importantes em função da disposição dos países membros em preservar essa construção política em face de um poderoso concorrente comercial.

O “day after”: o Mercosul depois da Alca

Admitindo-se que a opção pelo estabelecimento de um espaço integrado em seu imediato entorno geográfico, tal como evidenciado na experiência do Mercosul, constitui uma das principais vertentes da estratégia brasileira de inserção econômica internacional na atualidade, pode-se perguntar em que o desenvolvimento dessa modalidade restrita de interdependência econômica contribui para o fortalecimento de sua economia e como a irrupção da proposta da Alca pode, ao contrário, enfraquecer a “soberania” econômica do Brasil e colocar em perigo as fundações do Mercosul. Registre-se que as questões acima já comportam uma opção de princípio pelo Mercosul e uma recusa apriorística da Alca, como parece ocorrer com a maior parte dos atuais comentaristas da economia brasileira.

Com efeito, muitas das questões que cercam o debate sobre as vantagens e desvantagens da Alca para o Brasil e o Mercosul vem sendo contaminadas

por uma espécie de *parti pris* ideológico, ou seja, uma posição de princípio que, por um lado, tende a recusar, em caráter absoluto, os fundamentos e as implicações econômicas da zona de livre-comércio hemisférica, aceitando, por outro lado, a estratégia política de “menor custo” do Mercosul para a economia brasileira ou a opção pela associação deste bloco com a supostamente mais benigna União Européia. São politicamente realistas ou economicamente racionais tais pontos de vista e correspondem eles aos

interesses bem pensados da sociedade brasileira, que parece ter chegado a uma nova etapa de sua transição para a modernidade?

Esta não é a postura assumida neste ensaio, que propugna um exame ponderado de cada um dos elementos em jogo, tendo em vista exclusivamente a formulação da melhor estratégia possível de inserção econômica internacional do Brasil. Caberia discutir cada um dos argumentos favoráveis ou contrários à Alca, tentando separar o que se apresenta como realidade econômica decorrente da liberalização, ou seu possível des-

dobramento, daquilo que se poderia classificar como posicionamento político em relação ao projeto proposto pelos EUA para o continente. Outra distinção importante a ser feita é aquela que se refere ao que se poderia chamar de “componentes estruturais da Alca” – seus elementos “imanentes”, em linguagem kantiana – e a simples mecânica do processo negociador, que vem se desenvolvendo desde a segunda metade dos anos 90 e promete estender-se até o início de 2005, pelo menos, segundo o que foi acordado em nível ministerial em Buenos Aires e ratificado na cimeira de Québec, em abril de 2001.

Com efeito, até a conclusão dessas negociações, cujos contornos específicos dependem muito do conteúdo do mandato negociador a ser atribuído pelo Congresso ao Executivo dos Estados Unidos, tor-

“A compreensão do que seja um acordo de livre-comércio varia muito de perspectiva, segundo se faça uma análise acadêmica dos resultados da abertura econômica e da liberalização dos mercados ou se parta de evidências mais empíricas resultantes de um processo negociador concreto”.

na-se difícil especular sobre benefícios e ameaças da Alca para a economia do Brasil e para o esquema do Mercosul. Pode-se no entanto antecipar, com base nas evidências até aqui demonstradas, que o legislativo e os negociadores americanos tendem a ver a construção da Alca como um mero resultado da derrubada de barreiras latino-americanas aos produtos e serviços dos EUA, cabendo-lhes muito pouco fazer em termos de suas próprias barreiras, senão a eliminação geral, com as exceções de praxe, das tarifas normalmente baixas aplicadas na importação de produtos. Essa não tem sido a visão da diplomacia brasileira, que vem buscando colocar na mesa de negociações outros elementos importantes com vistas a lograr um acordo final mais equilibrado, não apenas em termos de acesso a mercados – onde são evidentes diversos focos setoriais de protecionismo americano – mas também no que se refere a normas e disciplinas de política comercial, terreno no qual são igualmente claras as restrições aplicadas a produtos estrangeiros no mercado americano.

Um ponto precisa ficar claro no debate que se vai seguir. A compreensão do que seja um acordo de livre-comércio varia muito de perspectiva, segundo se faça uma análise acadêmica dos resultados da abertura econômica e da liberalização dos mercados ou se parta de evidências mais empíricas resultantes de um processo negociador concreto. Na primeira vi-

são, geralmente de cunho economicista, a liberalização comercial, quaisquer que tenham sido sua amplitude e distribuição entre os parceiros, é vista como positiva, pois que conduzindo a uma alocação ótima de recursos e uma utilização mais eficiente da dotação em fatores. Na segunda perspectiva, pode-se dizer que não existe, para a maior parte dos negociadores, essa figura utópica do “livre-comércio”, um conceito puramente imaginário que só se materializa nos escritos dos teóricos acadêmicos, mas na verdade dotado de pouco embasamento prático; para eles, se trata de lograr a melhor situação possível de reciprocidade no processo de abertura comercial, administrando áreas de liberalização progressiva em função das vantagens percebidas ou aparentes. Trata-se de um dilema teórico-prático que não poderá ser resolvido no presente texto, que tem apenas o objetivo de oferecer alguns elementos de reflexão sobre as opções do Brasil e do Mercosul na presente fase de discussões sobre a consolidação interna e o aprofundamento do bloco subregional em face da opção hemisférica representada pela Alca.

A discussão que se segue pode ser organizada em torno de algumas perguntas fundamentais, as mesmas que vêm sendo repetidamente colocadas pelos representantes dos meios de comunicação aos negociadores e estudiosos acadêmicos do processo hemisférico.

Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Além disso, o Boletim *Meridiano 47* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado dos Departamentos de Relações Internacionais e de História da Universidade de Brasília.

Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

As Opções do Império

Cristina Soreanu Pecequilo*

Ao se completarem os primeiros cem dias da presidência Bush, muitas de suas principais tendências já foram apresentadas, não deixando dúvidas sobre suas prioridades. Internamente, prossegue-se com o programa de corte de impostos, assim como defende-se a reforma na educação, posturas mais conservadoras sobre aborto e homossexualismo e a reforma da previdência social, passando por sua privatização. Igualmente, concentram-se esforços para adiar a recessão econômica que vem sendo anunciada e para enfrentar índices como o do aumento crescente do desemprego. Na política externa, embora permaneçam desacordos entre os falcões e pombas, inúmeras iniciativas vem sendo tomadas, acompanhadas de um alto nível de agressividade. Como abordado, o baixo perfil democrata foi substituído pelo engajamento ofensivo com o endurecimento da hegemonia. A agenda amplia-se e fortalece-se com um perfil unilateral, devendo-se examinar as mais recentes ações de Bush, que complementam as mudanças identificadas desde o início de sua presidência.

Começando pelas discussões da ALCA, durante os meses de Janeiro a Março, que antecederam à Cúpula de Quebec, os EUA buscaram acelerar o processo de integração o que não ocorreu devido às resistências brasileiras. Todavia, esta rejeição inicial não implica um abandono das pressões, cujo crescimento é significativo, havendo a expectativa de que Bush, ainda durante o mês de maio, envie ao Congresso o pedido do *fast track* para acelerar estas conversações, agora denominado de TPA (*trade promotion authority*). Além disso, os EUA têm se aproveitado da crise do Mercosul, em especial da fragilidade Argentina. Repetidamente, Domingos Cavallo, Ministro da Economia argentino, afirma que o Mercosul não tem trazi-

do benefícios concretos a seu país, atacando o Brasil em fóruns e reuniões internacionais. Posteriormente, tais declarações são relativizadas e lançados comunicados da chancelaria Argentina a respeito da centralidade do Mercosul. No Brasil, as reações às declarações argentinas têm oscilado entre posturas mais duras e temporizações. Tem se procurado abafar a crise, também tentando fortalecer o Mercosul via o projeto de integração sul-americana, táticas cujos resultados precisam ser melhor avaliados, da mesma forma que a posição frente à ALCA e as suas consequências. Nações como o Chile continuam interessadas em se associar ao NAFTA, visando retomar seu desenvolvimento e crescimento. Deve-se mencionar que o México, apesar de possuir uma política claramente alinhada e subordinada aos americanos, não compartilha plenamente deste entusiasmo pela ALCA, pois perderia seu acesso preferencial ao mercado dos EUA, diluindo-se sua influência na massa de todos os demais países da América Latina.

Outro fator que movimentou a agenda foi o lançamento oficial do sistema de defesa antimísseis, o TMD. Apresentado como a maneira mais adequada de garantir a segurança dos EUA diante das múltiplas ameaças do pós-Guerra Fria geradas pelos Estados "bandidos" (Irã, Iraque, Líbia, Coreia do Norte) e terroristas internacionais, o novo Guerra nas Estrelas possui um orçamento astronômico, poucas provas científicas de que realmente funcione (a despeito das pesquisas desenvolvidas desde Reagan) e o potencial para gerar uma corrida armamentista. Agora, seguindo o anúncio de Bush, membros do governo têm percorrido países aliados da Europa e da Ásia argumentado em favor do sistema. Segundo os americanos, nem China, Rússia ou os aliados da OTAN devem se preocupar, pois o escudo não é dirigido contra eles,

* Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora de Relações Internacionais (UNIBERO).

mas sim contra os inimigos renovados dos EUA. Com relação ao Tratado ABM estabelecido em 1972 com a Rússia, que previa a manutenção da paridade entre as duas superpotências no campo defensivo, Bush já decretou o seu fim, depois compartilhando suas idéias com Putin, por considerá-lo um remanescente desatualizado da Guerra Fria. Além disso, em questões de defesa, deve-se aguardar a conclusão do relatório do Secretário Rumsfeld a respeito do status do setor nos EUA, prevendo-se mais ajustes e revisões.

Finalmente, permanecem as desavenças entre EUA e China geradas pelo incidente com o avião. Depois do retorno da tripulação, os chineses permitiram que técnicos vistoriassem o avião, analisando a possibilidade de que ele voe de volta. De acordo com os técnicos, com alguns consertos isto seria possível, mas o governo chinês não demonstra a intenção de permiti-lo. Tal atitude, além de indicar a presente insatisfação chinesa com o relacionamento bilateral, não é somente prova de nacionalismo como desejam indicar os americanos, mas sim um comportamento condizente do Estado chinês com seus interesses frente às ações americanas vistas como provocativas. No início de Maio, os EUA voltaram a patrocinar os vôos de espionagem no litoral chinês, acusaram os chineses de violação da liberdade religiosa, declarações de Bush favoráveis a Taiwan foram amplamente divulgadas, reafirmando-se a venda de armas e, principalmente, a intenção americana de defender militarmente a ilha em caso do ataque chinês. Adicionalmente, o Departamento de Defesa anunciou, para depois se retratar, alegando má-interpretação das declarações do porta-voz, uma quebra dos laços militares com a China. Na verdade, estes laços não seriam quebrados e sim reavaliados caso a caso. Mais ainda, as forças armadas americanas suspenderam a compra de 600.000 quepes vindos da China... Ou seja, mantém-se uma política de

“Assim, o que observamos é a emergência de um cenário intrincado, com o choque entre os interesses americanos e os da comunidade internacional que podem estar lançando as bases de um processo embrionário de coalizões anti-EUA”.

confrontação em questões particulares que estão se acumulando, independentemente da estrutura global do intercâmbio e de sua importância para a estabilidade mundial.

A reação global tem sido de repúdio, manifestando-se em protestos ignorados pelos republicanos. Contudo, alguns indicadores sugerem que talvez o nível de resistência das demais nações possa estar aumentando, passando-se do desconforto diplomático a ações práticas. Além da clara resistência chinesa e dos choques de interesse com o Brasil que perma-

necem na ALCA e no setor de patentes e de protecionismo comercial, assistimos a exclusão dos EUA de duas Comissões da ONU, de Direitos Humanos e de Controle de Narcóticos. Tais temas são frequentemente utilizados pelos americanos como instrumentos de crítica e pressão no sistema e a sua exclusão nas comissões é um fato importante. Na palavra das comissões, os EUA foram barrados somente pela necessidade de renovação e não como retaliação. Do lado americano, embora o processo seja visto como “natural”, declarações como as de Rumsfeld que consideram a ação na ONU uma prova de ingratidão, sugerem que os EUA não aceitaram

estas decisões tão pacificamente e que a sua posição frente à ONU continua muito sensível. Os EUA não tem na ONU um fórum preferencial, mas isso não significa que gostariam de diminuir sua presença dentro dela, principalmente por ações de terceiros, e reagiram bloqueando parte de seus pagamentos à organização.

Assim, o que observamos é a emergência de um cenário intrincado, com o choque entre os interesses americanos e os da comunidade internacional que podem estar lançando as bases de um processo embrionário de coalizões anti-EUA. Da mesma maneira, embora estas tendências do governo republicano estejam cada vez mais claras, permanece a sensa-

ção de que a presidência Bush é algo diferente do que aparenta. Não deixa de causar estranheza a forma como Bush vem sendo tratado pela mídia como muito mais capaz e hábil do que o esperado, abafando-se suas gafes e mesmo possíveis escândalos familiares como o de que uma de suas filhas adolescentes teria sido presa por dirigir embriagada. Permanece, portanto, o clima de lua de mel que normalmente só dura cem dias, acumulando-se estatísticas de que a presidência em seu início é a mais bem avaliada pela população, com mais de 60% de aprovação. Chega a ser constrangedor a quantidade de declarações de membros da equipe de governo que se preocupam em mostrar sempre como o presidente está presente, ativo e interessado em todas as questões. Tal ação visa responder diretamente aos que continuam afirman-

do que Bush não passa de uma figura decorativa e que os EUA estão sendo presididos por um gabinete liderado pelo vice Dick Cheney (*shadow cabinet*).

Neste contexto, as opções do império teriam raízes muito mais complexas e profundas do que as conhecidas. No momento, elas parecem ser contraproduativas e perguntamos o porquê de alterar comportamentos que estavam tendo resultados positivos. Como resposta, devemos lembrar que as opções são feitas por seres humanos, teoricamente racionais e capazes de escolher. Hoje, os que estão no poder nos EUA estão fazendo estas opções para cumprir os destinos da hegemonia. Se as consequências serão as que eles esperam, ou as que prevemos, somente o futuro poderá dizer.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Luiz Fernando Ligiéro

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

O eixo Venezuela-Brasil

Amado Luiz Cervo*

Depois de oito visitas do Presidente Hugo Chávez ao Brasil em pouco mais de dois anos, a diplomacia de Fernando Henrique Cardoso adensou o relacionamento com a Venezuela. A alternativa venezuelana, é bom lembrar, já era guardada como trunfo político por José Sarney, quando este, em 1986, deu início aos acordos de cooperação e integração no Cone Sul. Caso a Argentina não tivesse reagido positivamente, o processo de integração do Brasil com seus vizinhos poderia ter iniciado pelo norte.

A Venezuela aparece atualmente como o país da América do Sul de maior convergência com o Brasil quanto ao entendimento acerca dos efeitos da globalização e quanto às orientações de política exterior. Foram estes os dois países importantes da região que menos avançaram em concessões desastrosas ao exterior e que melhor souberam proteger os interesses de seus produtores e consumidores.

Com efeito, desde 1990, a América do Sul como um todo engajou-se em políticas públicas de corte neoliberal: privatizar para atrair investimentos externos ou para obter recursos com que fazer face aos compromissos da dívida pública. Alguns países desmontaram o núcleo robusto da economia nacional, esfacelando as empresas locais e vendendo-as a empresas estrangeiras. Esses países abriram, desse modo, por meio dos dividendos, novo mecanismo de transferência de renda para o exterior que se somou ao mecanismo tradicional, os serviços da dívida exter-

na. Criaram, ademais, um gargalo de estrangulamento de seu comércio exterior, visto que as empresas estrangeiras tendem a importar componentes das

matrizes e a não exportar produtos para terceiros mercados, desde suas filiais. A Argentina esteve na linha de frente de tais políticas. Sofreu e sofre mais do que qualquer outro país dos males que delas resultaram: aumento da dívida externa, déficit do comércio exterior e do balanço de pagamentos, recessão e desemprego. E perda de seu poder de barganha internacional.

Brasil e Venezuela perceberam em tempo que essa via não estava levando a lugar algum. Modificaram suas estratégias de adaptação ao

mundo interdependente da globalização.

São os únicos governos da região que convergem no presente para uma estratégia de relações internacionais em quatro pontos: a) robustecer as empresas nacionais e regionais com o fim de torná-las competitivas; b) buscar a consolidação dos blocos econômicos da América do Sul e a integração deles entre si para realizar depois uma integração com blocos externos à região; c) subordinar a negociação da ALCA às duas prioridades anteriores; d) preservar a independência decisória enquanto necessária para atingir os fins da política.

A Argentina, principal parceiro do Brasil na América do Sul, adota uma linha de conduta externa oposta a esses parâmetros, desde a ascensão de Carlos Menem, em 1989. As prioridades da política exterior argentina foram a abertura incondicional de sua eco-

“Brasil e Venezuela perceberam em tempo que essa via não estava levando a lugar algum. Modificaram suas estratégias de adaptação ao mundo interdependente da globalização”.

* Professor Titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

nomia e a relação especial com os Estados Unidos. A Argentina acerca-se do Brasil quando em dificuldade, mas não hesita em contrariar seus interesses logo depois em favor daquelas prioridades. Por ser oscilante, sem racionalidade e continuidade, a política exterior argentina não é confiável.

Em boa hora, portanto, a Venezuela apresenta seu pedido de adesão ao Mercosul. Em boa sabedoria política e senso de oportunidade, o Brasil aceita defender seu pleito. Caso os dois países consolidem um eixo econômico, a América do Sul estará em condições de criar grandes empresas regionais nos setores de energia, petroquímica, siderurgia e outros. Esse eixo colocaria em marcha a integração produtiva na América do Sul, como aconteceu desde o início do processo de integração na Europa, e não apenas comer-

cialista, que corresponde ao rumo que tomou o bloco do Mercosul.

Sendo a Venezuela membro do Mercosul, haverá dentro do bloco um equilíbrio de força para os objetivos do Brasil de acionar a integração produtiva da América do Sul em complemento à integração dos mercados de consumo. Tanto mais que a adesão da Venezuela poderá acelerar a integração do Mercosul com a Comunidade Andina. O setor produtivo venezuelano, mais forte e dinâmico que o argentino, associando-se ao brasileiro, elevaria o processo de integração da América do Sul ao padrão moderno, numa resposta, enfim, adequada aos desafios da competitividade sistêmica global. A ALCA poderá chegar, então, sem o risco de sufocar a economia, o trabalho e o bem-estar dos sul-americanos.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo.

Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br>.

© 2000 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Um Novo Fôlego Para o Mercosul

Alcides Costa Vaz*

Nos últimos anos, as reuniões do Conselho Mercado Comum do Mercosul vêm se dando sob a égide de adversidades econômicas e de divergências entre os sócios. Em que pese o quadro altamente desfavorável à integração, a XXª Reunião do Conselho Mercado Comum ocorrida em Assunção na semana passada pode ser avaliada de forma positiva mais pelo que se conseguiu evitar do que propriamente pelo que dela emana como propostas de encaminhamento para o bloco. As decisões anunciadas marcam o reconhecimento da necessidade de ganhar tempo até que se estabeleçam condições mais propícias ao aperfeiçoamento da disciplina comercial e, sobretudo, para o aprofundamento do bloco. Em fase de grande turbulência, a coesão em torno do Mercosul parece apoiar-se no exercício do pragmatismo na acomodação de interesses e na resposta a necessidades imediatas no trato da própria crise e não tanto no apelo aos objetivos e compromissos de um projeto comum.

Assim, nos últimos meses, o Mercosul, iniciativa de natureza eminentemente política, parecia estar sucumbindo diante das injunções econômicas, de diferentes visões sobre seu "dever ser" e de suas próprias limitações e externalidades. No entanto, a Cúpula de Assunção, antecedida pela passagem dos Ministros Domingo Cavallo e Adalberto Giavarini por Brasília, resultou em um melhor equilíbrio entre as necessidades de resposta à crise e o compromisso com o Mercosul, muito embora às expensas, em certa medida, do aprimoramento do regime de livre comércio e do desejado aprofundamento do bloco.

"Assim, nos últimos meses, o Mercosul, iniciativa de natureza eminentemente política, parecia estar sucumbindo diante das injunções econômicas, de diferentes visões sobre seu "dever ser" e de suas próprias limitações e externalidades".

Com efeito, se visto desde a perspectiva das decisões emanadas da Cúpula de Assunção, o Mercosul parece encaminhar-se, no futuro próximo, para o exercício de formas de comércio administrado e não propriamente de livre comércio. Assim, em que

pese a decisão de rebaixamento da tarifa externa comum em 1% a partir de janeiro de 2001, se está apenas revertendo parcialmente o aumento de 3% procedido em dezembro de 1997, no contexto da crise asiática, trazendo-a para patamares mais próximos ao do início de sua vigência no início de 1995. Essa decisão refere-se mais ao compromisso com a manutenção da união aduaneira, que vinha sendo questionada na Argentina, que ao estabelecimento de novos patamares de abertura comercial, tema que, por ora, será tratado por um grupo técnico especialmente constituído para tal.

Outra decisão que torna manifesto o padrão de comércio administrado que vem se afirmando no Mercosul refere-se à disposição de conferir, em caráter excepcional, proteção a produtos agrícolas com a aplicação de alíquotas que podem alcançar até 35% às importações que sejam objeto de subsídios e de outras formas espúrias de competição. A medida, também uma clara e necessária resposta ao protecionismo agrícola dos países desenvolvidos, pode vir a representar um elemento de barganha nas negociações próximas no contexto da ALCA, com a União Europeia e na Organização Mundial do Comércio, mas também afasta ainda um pouco mais o bloco de seu desígnio original e coloca mais um passivo a ser tratado no futuro.

* Professor do Departamento de Relações Internacionais e Coordenador do Núcleo de Estudos de Mercosul da Universidade de Brasília (UnB).

Por fim, concluiu-se a longa negociação em torno do regime automotivo, um dos mais importantes setores não incorporados ao regime de livre comércio do bloco, alcançando-se o compromisso de fazê-lo até 2006, e evitou-se, por força da posição brasileira, antecipar, o término do regime de convergência à tarifa externa comum para os produtos de telecomunicação e informática. Se vistas em conjunto, portanto, as decisões anunciadas apontam no sentido de, por razões pragmáticas, “empurrar” um pouco mais para adiante o aprimoramento dos instrumentos comerciais do Mercosul e o seu aprofundamento, até que se estabeleça um contexto mais favorável à consecução desses objetivos.

No plano político, não pode deixar de ser bem percebida a homogeneização do discurso sobre o Mercosul, muito embora isso esteja muito longe de significar que as diferenças de visões sobre o “dever ser” do projeto de integração tenham sido de todo

ultrapassadas. Pelo contrário, ainda mal superado o debate na Argentina sobre o grau de integração desejável para o Mercosul, contam-se agora insatisfações também do Paraguai e do Uruguai para com o funcionamento e resultados do bloco e com a limitação de seus instrumentos em neutralizar ou abrandar os efeitos de medidas unilaterais tomadas pelos sócios maiores. Assim, mesmo evitando um maior esgarçamento do bloco, resta ainda muito por se fazer para revigorar seu tecido político e para restaurar sua credibilidade e dinamismo.

Por ora, e para incredulidade de muitos que têm apostado em seu fim, o Mercosul prossegue. Resta observar se o fôlego injetado em Assunção permitirá ao bloco movimentar-se de forma ordenada o suficiente para superar a letargia dos últimos tempos e engendrar uma nova condição que lhe permita responder afirmativamente aos desafios internos e externos que o confrontam.



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Assinatura Anual (2 Edições)

Pessoa Física: R\$ 40,00 – Pessoa Jurídica: R\$ 60,00 – Exterior: US\$ 30,00

Envie o cupom de assinatura e a forma de pagamento escolhida (cheque ou cópia de depósito bancário) para:

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI

Caixa Postal 4400 – 70919-970 – Brasília-DF – Brasil – Telefax: (55 61) 307 1655

E-mail: ibri@unb.br <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Cupom de Assinatura:

Nome: _____

Instituição: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Tel.: () _____ Fax.: () _____

País: _____ E-mail: _____

Período de assinatura: () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos

Envie junto com este cupom depósito bancário no valor da(s) assinatura(s) em favor do **IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, efetuado na conta 437552-1, agência 3603-X, Banco do Brasil.

Argentina y Brasil: entre la cooperación y el conflicto

Raúl Bernal-Meza*

El nuevo entredicho bilateral, derivado de la decisión arancelaria argentina (Resolución 258/01 del Ministerio de Economía del 2 de julio pasado), de reducir las tarifas de importación de 500 productos de fuera del Mercosur, al permitir a los exportadores – del bloque y de fuera del Mercosur – que descuenten al pago del impuesto de importación la diferencia de 8%, según el nuevo cambio para la exportación, justificada por la devaluación constante del real y para mejorar la competitividad nacional, y de los dichos poco diplomáticos del ministro Cavallo para referirse al país vecino, han generado una nueva escala de conflictos, no sólo comerciales, entre los dos principales socios del bloque.

Las medidas crean un prejuicio potencial para los exportadores brasileños de bienes de informática, telecomunicaciones, bienes de capital y vehículos y constituyen un cambio unilateral respecto de los entendimientos alcanzados por los dos gobiernos, en Asunción, recientemente, pero se basan en el hecho que la moneda brasileña se devaluó más de un diez por ciento en los últimos sesenta días y supone una falta de decisión política de las autoridades monetarias de ese país para frenar el alza constante de la moneda norteamericana. Brasil ha reaccionado sugiriendo que podría retaliar las importaciones argentinas y amenazó con interrumpir las negociaciones que el bloque está llevando a cabo con la Unión Europea.

“La percepción de la diplomacia y la prensa brasileñas es que el gobierno argentino habla por boca de Cavallo, persona que nunca tuvo buena imagen en Brasil, dada su reconocida filiación pro norteamericana (ALCA) y su visión crítica sobre el Mercosur”.

La nueva situación de conflicto pone de relevancia tres aspectos: en primer lugar, no es posible identificar cuánto del poder que pidió Cavallo de injerencia de Economía en la política exterior, como parte de las negociaciones para su ingreso al equipo gober-

nante de De la Rúa, le fue concedido por éste. No obstante, de la permanente incursión de Cavallo en las relaciones bilaterales argentino-brasileñas, se deduce que el perfil de la gestión externa de Giavarini ha sido, en los hechos, manifiestamente reducido. La medida del ministerio de Economía argentino marca también la libertad que tiene Cavallo para incursionar en las relaciones internacionales del país.

La percepción de la diplomacia y la prensa brasileñas es que el gobierno argentino habla por boca de Cavallo, persona que nunca tuvo

buena imagen en Brasil, dada su reconocida filiación pro norteamericana (ALCA) y su visión crítica sobre el Mercosur. Por qué De la Rúa ha permitido que éste maneje su política bilateral con el gobierno brasileño? La respuesta tiene que ver con las limitaciones propias que la situación económico-financiera argentina impone y la dependencia que el gobierno tiene de la figura de Cavallo como su *ultima ratio*, dentro de la cotinuidad del modelo de ajuste estructural.

En segundo lugar, las últimas medidas arancelarias de Cavallo – que objetivamente no mejorarán la situación de la economía argentina en el corto pla-

* Profesor Titular de Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional del Centro y profesor de la Universidad de Buenos Aires. Actualmente Profesor Visitante de la Universidade de São Paulo-USP.

zo (ya que la recuperación del crecimiento y del empleo requieren de tiempo y políticas de reasignación recursos, así como del mejoramiento del poder adquisitivo de los trabajadores)- ponen en cuestionamiento las relaciones económicas bilaterales. Resulta incomprensible que De la Rúa haya aceptado una estrategia de deterioro político con Brasil cuando este país provee a la Argentina de un mercado de intercambio superavitario y que es el eje del único bloque comercial del mundo con el cual se tiene un superávit comercial permanente.

Por último, las medidas arancelarias argentinas ponen de relevancia las fragilidades del Mercosur. En primer lugar, porque su evolución sigue condicionada por los resultados de los programas económicos nacionales de ajuste, estabilización y reformas. En segundo lugar, el camino sin salida frente a las medidas unilaterales, por ausencia de una estructura institucional (supranacional) que proteja a todas las economías de las decisiones autónomas e individualistas. En este sentido, Brasil está tomando

de su propia medicina, pues sistemáticamente se opuso a la creación de órganos comunitarios supranacionales y ahora, frente a la situación de una medida unilateral, sólo le queda el camino de la suspensión de negociaciones comerciales. Así, el modelo de institucionalidad elegido por los cuatro países y que Brasil ha insistido en mantener, deja a los países miembros ante un camino sin salida frente a los conflictos –que naturalmente deberán continuar- por la ausencia de una instancia negociadora y reguladora de carácter superior.

Los efectos de esta nueva escala se dejarán sentir sobremedida en los operadores económicos e inversores externos, a los cuales sistemáticamente los países del Mercosur han apelado como fuente de potencial crecimiento económico y, también, sobre las relaciones internacionales del Mercosur, en momentos que, por primera vez, la Unión Europea proponía avances en las negociaciones bilaterales bloque a bloque.

Esta vez, se aprenderá la lección?



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial:

Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Luiz Fernando Ligiéro, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e Editoração Eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – 9956-1028

Itália: a volta sinuosa do conservadorismo europeu

Virgílio Caixeta Arraes

Nos últimos anos, uma onda de governos aparentemente progressistas chegou ao poder na Europa, desbancando governos abertamente conservadores, como no caso britânico e alemão, por exemplo. Retornavam “oxigenados”, ambicionando aperfeiçoar a rede de proteção social construída ao longo de décadas, com o estímulo competitivo que o mercado livre proporcionaria. Propunham a difícil tarefa de aplicar uma combinação de ideários políticos opostos: direita e esquerda, com o pêndulo político mais inclinado para a esta última. Este tipo de postura política lograria inclusive seguidores na América Latina, como o Chile e o Brasil.

No entanto, os eleitores puderam assistir a outro tipo de comportamento. Os governos “progressistas” inclinaram seu comportamento para um pólo mais conservador, sem se importar com seu legado histórico, de modo que, em muitos países, como no Reino Unido, a antiga dicotomia esquerda-direita dissolveu-se no chamado Centro, que seria a vertente política do novo milênio. Sem extremismos tanto de um lado como do outro, o Centro superaria as antigas tensões políticas, que só tinham razão de existir em um ambiente de bipolaridade, como o fora a Guerra Fria – 1945-1991.

O Centro se propunha a corrigir os excessos de ambos os lados, ao mesmo tempo, que procurava realçar as qualidades dos dois pólos políticos. Todavia, a sua existência sugere uma sutil transição para uma guinada realmente conservadora, ao completar um processo de reordenamento da distribuição do poder no cenário mundial, que se iniciou após a crise do petróleo, em 1973, com a nova divisão internacional do trabalho e com os investimentos maciços em tecnologia militar, que, mais tarde, seria convertida para uso civil.

Os exemplos estão visíveis: Estados Unidos, Áustria e agora Itália, em que os fascistas participam

do poder, ao lado de quadros nacionais “respeitáveis” ou integrados plenamente a organismos internacionais.

No último 10 de junho, Silvio Berlusconi retornou ao governo – fora Primeiro Ministro por breves sete meses, em 94 – e tornou-se o 59º chefe do governo italiano, depois da II Guerra, após suceder Giuliano Amato. Em 1996, fracassara ao ser derrotado por Romano Prodi, atual Presidente da Comissão Européia. A composição que o sustenta é composta por uma gama de vertentes políticas, que vão da democracia cristã até fascistas. Sua vitória deveu-se a ausência de políticas diferenciadas por parte da esquerda “progressista”, que não soube apresentar-se como uma alternativa real e viável administrativamente, após cinco anos no poder nacional.

Se esta obteve vitória nas eleições municipais em locais importantes – Roma, Nápoles e Turim – foi com percentuais estreitos e, ainda assim, em função do apoio dos comunistas e do partido Itália dos Valores, de Antonio di Pietro – ex-juiz, que foi um dos principais articuladores da operação Mãos Limpas. Certamente, o apoio dessas duas forças políticas, embora pouco significativas eleitoralmente, possibilitou um elemento de diferenciação, que teria permitido ao eleitor um quadro mais claro, mais distante do Centro.

Sintomaticamente, em relação a Berlusconi, a União Européia não se pronunciou da mesma forma que no caso austríaco. Algumas autoridades nacionais se manifestaram: na França, o Ministro de Assuntos Europeus, Pierre Moscovici, deplorou o sucesso de Berlusconi, ao passo que, na Espanha, o Ministro das Relações Exteriores, Joseph Piqué, parabenizou-o.

A oposição à candidatura de Berlusconi veio dos meios de comunicação europeus – *The Economist*, *The Independent*, *Le Monde*, *Libération*, *El Mundo*,

Financial Times – e norte-americanos – *New York Times* e *Washington Post*. Em sua defesa, a ex-Primeira Ministra britânica (1979-87), Margaret Thatcher, que afirmou, em carta enviada a jornais italianos, que Berlusconi possuía objetivos de governos semelhantes aos dela. Para ela, a palavra de ordem na nova Europa deveria ser competição e não burocracia.

Internamente, houve contestações ao seu retorno político, como a do polêmico livro *O cheiro do dinheiro*, de autoria do Deputado Elio Veltri, da Itália dos Valores, e do jornalista Marco Travaglio, do diário *La Repubblica*, que o acusam e a seu assessor, Marcello Dell'Utri, de ligações com a máfia, que teria impulsionado seus negócios financeiros.

Como resposta indireta - dado que, em 1994, ele fizera o mesmo -, Berlusconi gastou quase cem milhões de dólares para distribuir a 23 milhões de eleitores sua fotobiografia de 128 páginas, das quais apenas 4 se referiam ao seu programa de governo.

Com a vitória, a composição de seu gabinete reflete a participação das forças que lhe dedicaram previamente o apoio. Seu adjunto é Gianfranco Fini, da Aliança Nacional, de inspiração fascista. Umberto Bossi, da Liga Norte, foi nomeado para o Ministério das Reformas, que tratará de implementar os processos de descentralização do poder nacional, em relação a saúde, educação, segurança pública e imigração. Para a pasta de Relações Exteriores, escolheu-se Renato Ruggiero, ex-Presidente da Organização Mundial do Comércio (1995-99) e ex-Ministro do Comércio e para a de Políticas Europeias, Rocco Buttiglione, da Democracia-Cristã.

Diferentemente de 1994, quando possuiu um apoio parlamentar frágil, seu partido, Força Itália, conseguiu a maior parte das cadeiras, em detrimento, dentro da coligação, da Liga Norte e da Aliança Nacional. No entanto, Berlusconi optou para a Presidência da Câmara dos Deputados por um democrata cristão, Pierferdinando Casini.

Seus desafios são significativos. Embora tenha governado o país por vários anos, por meio de três primeiros-ministros, a coligação de esquerda não conseguiu vencer a pobreza presente. Mesmo sendo a sexta economia do mundo, com mais de vinte mil dólares de renda per capita, a Itália possui cerca de

sete milhões e meio de indigentes – pessoas que vivem com menos de duzentos e cinquenta dólares por mês. A maior parte desse contingente pertence aos imigrantes, que somam dois milhões e, normalmente, vivem em situação infralegal, com baixos salários e jornadas de trabalho estafantes. Além disso, durante a campanha eleitoral, insinuava-se que eles seriam responsáveis por boa parte dos crimes.

Dois terços desses indigentes reside no Sul, que chega a ter uma taxa de desemprego em torno de sessenta por cento contra uma média nacional de doze. Dentro da União Européia, apenas Itália e Grécia não possuem programas de renda mínima.

Dentro desse contexto, caberá a Berlusconi negociar a maior parte dos contratos salariais do país, gerenciar os pagamentos das pensões – que sua coligação prometeu aumentar – e, ao mesmo tempo, impedir que o déficit orçamentário reapareça. Como conciliar isto, se o atual Primeiro Ministro também prometeu reduzir o imposto sobre herança e o de renda, tanto para pessoas físicas como jurídicas?

Outra grande questão é saber como ficará o setor televisivo do país, visto que o Primeiro Ministro controla o Mediaset, com três canais privados, e agora a estatal RAI, com três canais também. Ao longo da campanha, ele prometera privatizar os canais da RAI. Não há um claro choque de interesses? Berlusconi afirmou que assinaria decreto a ser ratificado pelo Parlamento para tratar deste caso concreto.

Por fim, para apaziguar os ânimos em relação às forças que o sustentam, Berlusconi teve a prudência de anunciar, no plano externo, a ampla adesão aos princípios da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN – e à União Européia, sem, contudo, abrir mão da identidade nacional. Resta observar se Berlusconi no plano externo terá a mesma habilidade para conciliar interesses aparentemente opostos com a mesma habilidade que teve no âmbito interno.

A ausência de crítica, por parte dos governos ditos progressistas, dentro da União Européia, demonstra que sim, além de indicar que, independente da ideologia apregoada, o conservadorismo europeu, ainda que tímido no todo, está renovado e finca raízes mais profundas do que os eleitores podem, no momento, perceber.

Iruan nas reinações asiáticas

Paulo Antônio Pereira Pinto

“Emília era muda até engolir uma pílula falante dada pelo doutor Caramujo – Emília engoliu a pílula, muito bem engolida, e começou a falar no mesmo instante. A primeira coisa que disse foi: estou com um horrível gosto de sapo na boca! E falou, falou, falou mais de uma hora sem parar. Falou tanto que Narizinho, atordoada, disse ao doutor que era melhor fazê-la vomitar aquela pílula e engolir outra mais fraca”. (Reinações de Narizinho, Monteiro Lobato).

Aos cinco anos, órfão de mãe brasileira e pai taiwanês, Iruan Argui Wu, gaúcho, viu-se mudo, em Taiwan, desde meados de março último, no meio de pessoas cuja língua não entendia e passou a recusar-se a falar também o português.

Seu drama, provocado pelo desejo de tios paternos de retê-lo na ilha de Formosa, em desafio à tutela concedida pela justiça brasileira à avó materna, em Canoas, tem sido acompanhado, em toda a dimensão humana, pela imprensa brasileira. Na condição de funcionário do serviço exterior do Brasil em Taipé, tenho cumprido o dever de prestar-lhe assistência e acompanhar seu caso, no outro lado do mundo.

O silêncio do garoto brasileiro atesta seu esforço descomunal, para a pouca idade, na resistência a toda uma proposta da família que o retém, com o objetivo de apagar de sua memória qualquer resíduo de lembrança dos parentes e comportamentos deixados no Brasil, para que se torne, mais tarde, um reprodutor do sobrenome Wu, apenas com características locais.

A vivência de seu drama oferece oportunidade para testar, na prática, tese que tenho defendido sobre a necessidade fundamental de buscar-se, no

mundo de hoje, a negociação entre culturas. Este processo deveria ser seguido, me parece, ao invés da tentativa de resolução de problemas internacionais com a renovação de estruturas de confrontação e da réplica,

em todas as partes do planeta, das formas de governança e de organização de mercado aceitas nos países ocidentais.

Tenho tido, assim, durante o acompanhamento do assunto do menor brasileiro retido pelos tios paternos em Taiwan, oportunidade de intermediar o diálogo entre o jeito asiático e a maneira de ser brasileira, buscando opor uma visão em que predomina o interesse de um grupo social, a uma perspectiva do direito de cada cidadão.

Infelizmente, de repente, como nas histórias infantis de Monteiro Lobato, Iruan encontrou-se na “reinação” de uma sociedade onde não se resolveu a equação que combina a preservação da identidade

de cultural, com a necessidade de respeito o normas de respeito ao direitos individuais reconhecidos universalmente.

Já estamos acostumados a ouvir e ler por toda a parte, que vivemos na Era da globalização, que abrangeria a introdução de novos valores, influenciaria a reorganização dos sistemas político e econômico

“Infelizmente, de repente, como nas histórias infantis de Monteiro Lobato, Iruan encontrou-se na “reinação” de uma sociedade onde não se resolveu a equação que combina a preservação da identidade cultural, com a necessidade de respeito o normas de respeito ao direitos individuais reconhecidos universalmente”.

mundias, aumentado a divisão da produção internacional, ditando uma cultura uniforme com características ocidentais e determinando a inserção das diferentes regiões do mundo em novo ordenamento mundial.

Para fazer face a este tipo de desafio, países na Ásia-Pacífico e o Brasil buscam proteger suas identidades culturais das consequências da globalização. Pessoas, nestas duas partes do mundo, portanto, efetuam grandes esforços para entender a sociedade em que vivem como parte de um escudo protetor para suas aspirações e interesses individuais e coletivos.

A pressão deste fenômeno de caráter mundial sobre suas identidades culturais levam diferentes países a buscar um conjunto de valores, em suas respectivas regiões, que lhes permita consolidar suas crenças, hábitos e ideais, herdados através de história compartilhada no âmbito de certos limites geográficos. Existe, a propósito, um jeito asiático e um jeito brasileiro para fazer face a tais desafios da globalização.

Para muitos de nós, até há pouco tempo, “o jeito asiático” significava ciclos de controle de qualidade e outras técnicas de administração criadas pelas empresas japonesas, a partir da década de 1970, determinando o surgimento do “milagre” e dos “tigres” asiáticos. Gradativamente, no entanto, esta região começou a projetar-se na consciência mundial, a partir de novas formas de inserção. Trata-se, agora, de apresentar formas únicas, em termos de idéias e valores. Passamos, então, a entender que existe uma rede muito mais ampla de crenças que servem de base de sustentação para o processo de crescimento da Ásia-Pacífico.

Percebemos, então, a existência de um arcabouço conceitual para justificar os valores que ora caracterizam o “jeito” asiático. Entre estes citam-se: um contrato social entre a população e o Estado, que garanta a lei e a ordem em troca do respeito pela autoridade; o mesmo entendimento procura desenvolver a autoconfiança, sem um excesso de benefícios

proporcionados pelo Estado; a preservação da moralidade pública é considerada essencial; a imprensa deve ser livre, mas responsável; acima de tudo, o individualismo excessivo do mundo ocidental deve ser rejeitado, em favor dos direitos da coletividade.

Enquanto isso, no ano passado, nós, brasileiros, estivemos profundamente envolvidos com exercício de auto-avaliação dos quinhentos anos desde que Pedro Alvarez Cabral chegara à região Leste do continente sul-americano e encontrara uma gente cuja forma indígena de ser os tornava perfeitamente confortáveis no ambiente de integração com a natureza em que viviam. A terra que habitavam era rica em recursos naturais, as florestas transbordavam de vida, seus rios sustentavam as povoações ribeirinhas.

Os casamentos interraciais com o povo local e com os trazidos à força da África criaram um país onde a variedade racial é um fato da vida, sem tensões que, com frequência, permeiam outras sociedades multi-raciais. A disponibilidade para a tolerância diante de outras culturas foi transmitida através de sucessivas gerações de brasileiros, tornando-nos voltados para o futuro, sem medo do passado. Somos um povo ligado para o que virá a seguir, sem o peso de heranças de conflitos históricos.

Em comparação com certas nações cuja história é carregada de pecados, em virtude de fortes nacionalismos, temos sempre recebido bem pessoas de diferentes raças e culturas e aceito, com naturalidade, suas diferentes formas de ser. Temos, facilmente, incorporado hábitos e palavras de diferentes culturas. Pouco sentimos o tal gosto de sapo na boca, conforme mencionou a Emília.

Esperemos que, quando de volta ao Brasil, nosso bravo Iruan tome sua pílula falante, volte a se comunicar, cercado pelo carinho da família que o ama e a quem ele ama, e se torne em síntese do diálogo tão necessário entre uma cultura que privilegia o interesse da sociedade e a nossa, que favorece o direito do indivíduo.

